

Sarney abre inquérito que pode cassar senador

Fotos: Geraldo Magela

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), decidiu ontem — em reunião com os titulares da Mesa Diretora — encaminhar ao Supremo Tribunal Federal pedido de investigação sobre o envolvimento do senador Ernandes Amorim (PDT-RO), quarto secretário da Mesa, com o tráfico de drogas e outros crimes dos quais é acusado. Ficou decidida também a abertura de inquérito interno por quebra de decoro parlamentar. Sarney lamentou a indicação, pela liderança do PDT, de um nome tão polêmico para integrar a Mesa Diretora e prometeu ser implacável na defesa da imagem do Senado. A assessoria da líder do PDT, Júnia Marise (MG), informou ontem que Júnia não sabia das acusações contra o colega de partido e que o indicado seria o Lúcio Alcântara, que desistiu do cargo.

O relator nomeado para a tarefa de investigar internamente o senador pedetista foi o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), primeiro vice-presidente da Mesa. Ele terá 15 dias para apresentar relatório com as acusações contra Amorim e sua defesa. Sarney ainda não nomeou o corregedor do Senado. Ernandes Amorim, que participou da reunião de ontem, permanecerá, entretanto, como membro da Mesa Diretora. “Não vejo razão para que ele deixe o cargo”, afirmou Sarney. Em entrevista, Amorim se disse “perseguido”.

Pressão — “Não tenho rabo preso com ninguém”, garantiu ele, que passou ontem algumas horas no Hospital Santa Lúcia, na Asa Norte, internado com pressão alta. “Essa história de narcotráfico não passa de calúnias de meus adversários, plantadas na imprensa e na CPI do Narcotráfico, cujos integrantes se revelaram uns irresponsáveis”, disse Amorim.

Ernandes Amorim admitiu que mais de 40 processos já foram abertos contra ele, mas 38 foram arquivados. Segundo ele, os outros dois correm na Justiça Eleitoral. Acusado de abuso do poder econômico e manipulação de resultados nas últimas eleições na cidade onde foi prefeito, Ariquemes (RO), Ernandes é também responsabilizado pelo fracasso nas urnas do ex-senador Amir Lando (PMDB-RO), cuja vitória era tida como certa. Amorim fez uma campanha avaliada em mais de R\$ 10 milhões e elegeu como seu primeiro-suplente Fernando Matusalém, um dos maiores empresários do estado no setor de frigoríficos.

CPI — A CPI do Narcotráfico aberta pela Câmara citou, em relatório,



Sarney: “Será implacável na defesa da imagem do Senado”

que tem provas do envolvimento de Ernandes Amorim no narcotráfico. “Nada foi comprovado sobre mim e os próprios membros da CPI deveriam ter mais responsabilidade no que dizem, porque alguns palhaços ainda divulgam isso sobre mim”, disse. “Se tem mais algum processo contra mim, não me lembro; mas a Justiça está aí para julgar e eu estou aqui para responder”, completou.

Ernandes Amorim afirmou ainda que vai processar todos os seus caluniadores, inclusive a editora que edita a Enciclopédia Britânica, onde Amorim é citado como notório narcotraficante internacional.

Supremo — A bancada do PT no Senado seguiu o exemplo do PSDB e também encaminhou para Sarney pedido para que as acusações contra Amorim sejam apuradas. O STF recebeu a mesma solicitação. Agora, o Supremo — que é o fórum dos parlamentares — fará as investigações. Caso decida processar o pedetista, terá que pedir autorização ao plenário do Senado. Os líderes do PSDB, PT e PPR adiantaram ontem que suas bancadas não negarão a autorização.

“A imunidade só deve valer para crimes relativos à atividade parlamentar”, defendeu Esperidião Amin (PPR-SC). O senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro secretário da Mesa, tem opinião semelhante. “A imunidade só deve servir para crimes praticados depois de o parlamentar eleito”, disse ele, que já apresentou projeto neste sentido.

O senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT no Senado, pro-

testou com José Sarney pelo fato de o suplente do PT na Mesa, José Eduardo Dutra (SE), não ter sido convocado para a reunião de ontem. Sarney argumentou que, pela tradição, os suplentes não participam da reunião, a menos que algum titular falte. “Então a tradição está errada”, reclamou Suplicy. Ele contou que o próprio Sarney lhe disse, há três dias, quando buscava os votos do partido para se eleger presidente em plenário, que os suplentes tinham direito a participar da reunião.

Muitos justificaram o voto dado a Amorim garantindo que desconheciam as denúncias contra ele. “Se os eleitores dele não sabiam, como é que eu ia saber”, reagiu o senador Roberto Freire (PPS-PE), explicando que votou em Amorim por causa do “acordão” fechado entre os partidos.

Mudança — O senador Lúcio Alcântara não aceitou a quarta secretaria do Senado, como representante do PDT, para qual estava indicado pela líder da bancada, deputada Júnia Marise, porque já acertou a sua transferência daquele partido para o PSDB, consoante entendimentos que manteve com o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Lúcio Alcântara passa a ser uma nova alternativa dentro do PSDB para o governo do estado nas eleições de 1998, segundo informou, ontem, um dos políticos mais ligados a Jereissati. “O Tasso já tem um candidato natural à sua sucessão, que é o Sérgio Machado. Quando atrai o Lúcio Alcântara, ele cria uma nova alternativa”, explicou o mesmo político.